



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES TRF2 0762897

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1 - O edifício do Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF) é um bem histórico e cultural tombado pelos órgãos de patrimônio das três esferas: em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em nível estadual, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e em nível municipal, pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Portanto, a sua proteção, na categoria de patrimônio histórico e cultural brasileiro, encontra amparo legal tanto na Constituição Federal de 1988 (Título VIII, Capítulo III, Seção II, Arts. 215 e 216), quanto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

1.2 - Conforme Art. 92.a e Art. 210 do Decreto nº 897 de 21 de setembro de 1976 – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP) as superfícies de tecido deverão ser tratadas com produtos retardantes a ação do fogo (ignifugação), e este tratamento terá validade de um ano. Portanto a cada ano será necessário que estas superfícies sejam tratadas para segurança na prevenção de incêndio.

1.3 – Dentro das atividades do CCJF, estão a promoção de eventos de reunião de público tais como: Lançamento de Livros, Palestras Jurídicas, Mesas Redondas, Visitas Guiadas, Eventos Musicais, Peças Teatrais, e Projeções Variadas, Exposições, Sala de Leitura e Biblioteca, etc... . Todas estas atividades se classificam como atividades de reunião de público, o que perante o Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro necessita estar em dia com o documento Certificado de Vistoria Anual - CVA.

1.4 – Desta forma, para que o prédio esteja regular perante o CBMERJ - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e protegido contra a propagação de fogo em suas superfícies de tecido, faz-se necessário a contratação deste serviço.

02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.1 - A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID 04 da PO 2025.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.1 - Utilizar preferencialmente materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos na execução da solução contratada.

3.1.2 - Não utilizar trabalho escravo ou infantil, ou máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado

3.2 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.3 - Habilitação Técnica

3.3.1 - O critério de habilitação técnica a ser atendido pelo contratado será a comprovação conforme legislação do CBMERJ que a empresa está habilitada a executar os serviços a serem contratados.

3.3.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

3.3.2.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou serviços de serviços de ignifugação (tratamento retardante à ação do fogo), e regularização dos serviços junto ao CBMERJ.

3.3.2.2 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

3.3.2.3 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

3.3.2.4 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade

desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

3.3.2.5 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.

3.3.2.6 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

3.3.2.7 - Na hipótese do subitem 3.3.2.6, caso o consorciado não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio, de modo a comprovar sua participação.

3.3.2.8 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

3.3.3 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou CAU, comprovando o registro ou inscrição da licitante e o seu atual quadro de responsáveis técnicos, com habilitação em atividade relacionada com o objeto;

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

4.1 - O quantitativo de serviços foi feito com base no levantamento através de vistoria in loco no prédio, e através de levantamento em planta, conforme consta da descrição do Termo de Referência.

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

SOLUÇÕES

- 1 Contratação de empresa especializada para serviço regularização do CCJF junto ao CBMERJ e para o serviço de Ignifugação (Tratamento Retardante à Ação do Fogo) para o Teatro e o Cinema do Centro Cultural Justiça Federal – CCJF
- 2 Não existem outras soluções viáveis

ANÁLISE VANTAGENS/DESVANTAGENS

A contratação é única forma para a realização dos serviços em tela.

5.1 - Identificação e Justificativa da Escolha a Ser Contratada:

5.1.1 - Solução escolhida:

Contratação de empresa especializada para serviço regularização do CCJF junto ao CBMERJ e para o serviço de Ignifugação (tratamento retardante à ação do fogo) para o teatro e o cinema do Centro Cultural Justiça Federal – CCJF

5.1.2 - Justificativa da escolha:

Considerando a premissa que os serviços a serem realizados são diversificados e necessitam de conhecimento especializado, é determinante que sejam executados por uma empresa qualificada e credenciada pelo CBMERJ, e que detenha capacidade de gestão das atividades necessárias à execução do objeto. Portanto a solução escolhida é a contratação de uma empresa que atenda as qualificações necessárias ao pleno desenvolvimento dos serviços.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1 - O valor estimado é de R\$ 10.350,00 (Dez mil trezentos e cinquenta reais)

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1 - Contratação de empresa especializada para serviço regularização do CCJF junto ao CBMERJ, e para o serviço de Ignifugação (tratamento retardante à ação do fogo) para o teatro e o cinema do Centro Cultural Justiça Federal – CCJF.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1 - É tecnicamente e economicamente possível dividir em dois a contratação dos serviços. Pois cada serviço pode ser executado em separado. Porém pelos serviços serem extremamente correlatos e exigirem a mesma habilitação técnica, acredito que será mais econômico a contratação de uma única empresa para a execução dos dois serviços.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1 - A presente contratação visa atender às necessidades de cuidado, segurança e proteção do prédio tombado, por meio da realização dos serviços de ignifugação (tratamento retardante à ação do fogo) para o teatro e cinema do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF).

9.2 - Estes serviços resultarão no cuidado com o Bem Público, na proteção do Patrimônio Histórico e na segurança dos usuários e transeuntes das imediações do Centro Cultural da Justiça Federal.

9.3 - Esta contratação regulamenta o funcionamento do CCJF perante ao Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro, atendendo ao – Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP).

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 - Não há necessidade de adotar nenhuma providência previamente à celebração do contrato. O serviço a ser executado no prédio é em período inferior a um dia, e os demais serviços serão desenvolvidos externamente, na sede da empresa ou no CBMERJ.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

12.1 - A Contratação prevê que o serviço será executado de acordo com a legislação dos órgãos ambientais, não havendo, portanto, impactos ambientais.

13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

13.1 - É viável a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **EDVALDO DE BARROS PINTO JUNIOR, Analista Judiciário**, em 27/02/2025, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0762897** e o código CRC **D953463F**.